

CPT Nacional



Maria Petrolina Neto, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Acervo Câmara dos Deputados



O deputado federal Junio Amaral (PL-MG), relator do projeto que amplia o porte de armas

inconstitucionais normas que ar-mavam defensores públicos, vigi-lantes e agentes socioeducativos. O entendimento: estados não po-dem ampliar categorias armadas sem demonstrar excepcionalidade concreta. O PL dos veteriná-rios é federal, mas usa o mesmo critério que a Corte rejeitou nas esferas estaduais.

Pastoral da Terra

Na justificativa do projeto de lei, o deputado Pollon cita a Comissão Pastoral da Terra (CPT). “Relatórios da CPT registram aumento constante de conflitos rurais, com dezenas de homicídios em áreas de atividade pecuária.” O texto afirma que “os médicos veterinários transitam exatamente nesses territórios, enfrentando condições idênticas às vítimas registradas”.

A CPT não foi consultada e não sabia do uso de seus dados. Questionada pela reportagem, a coordenação nacional afirmou: “Não só não reflete, como a CPT discorda dessa afirmação”. A entidade prepara nota de repúdio sobre o caso. “A prática da Pastoral é registrar a violência para incidir junto ao poder público, justamente para erradicá-la do campo, o que perpassa muito mais pela implementação de políticas de reforma agrária, regularização e proteção dos territórios do que por medidas de armamento e de força policial”, informou a coordenação.

CTP Nacional



Ronilson Cota, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

O relatório anual da CPT, divulgado em abril de 2026, registrou 26 assassinatos no campo em 2025 — o dobro de 2024. Das vítimas, 10 eram sem-terra, sete indígenas, quatro posseiros e cinco de outras categorias. Segundo a Comissão, em 30 anos de registros, a violência no campo segue sobre territórios tradicionais e de povos indígenas. No Mato Grosso do Sul, estado de Marcos Pollon, os indígenas

Guarani-Kaiowá são as principais vítimas. Fazendeiros estavam envolvidos em 13 dos 22 conflitos por terra no estado. “Qualquer iniciativa que envolva o armamento da população contribui para o acirramento da violência”, afirmaram Maria Petronila Neto e Ronilson Costa, da coordenação nacional da CPT.

O PL também cita um “Relatório do Ministério da Justiça sobre

segurança no campo”, mas o link está fora do ar. O documento não foi localizado. O deputado Marcos Pollon não respondeu ao **Correio**.

Em 2026, avançam propostas de porte para vigilantes, agentes de trânsito, advogados e fiscais ambientais (outro PL de Pollon, já aprovado na mesma comissão). O critério em comum: “atividade de risco”. “O conceito de ‘atividade de risco’ virou um cheque em

branco usado pelo lobby armamentista para esvaziar o Estatuto do Desarmamento”, afirmou Uchôa. “O porte deve ser restrito a quem tem poder de polícia ostensivo e o dever institucional de enfrentar o crime. Fora disso, a proteção deve ser coletiva e institucional, não individual.”

O país já contabiliza mais de 2 milhões de armas com registro ativo no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), crescimento de 144% desde 2017, segundo o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024). A partir de 2025, a Polícia Federal passou a fiscalizar um arsenal de 4,8 milhões de armas, somando registros ativos, vencidos e de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). A PF não divulga portes por categoria profissional; os dados precisam ser solicitados via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Juliano já anda armado porque é militar. O Congresso discute estender esse direito a todos os veterinários do país. Sem dados que demonstrem violência específica contra a categoria, a discussão deixa de ser apenas sobre insegurança rural e passa a envolver até onde o conceito de “atividade de risco” pode ser ampliado para justificar novas exceções ao Estatuto do Desarmamento. O que não existe, por enquanto, é um definição jurídica de atividade de risco.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**